

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.593.267 - RS (2019/0292594-7)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : ELIANE NEUSA MAGNAN
AGRAVANTE : FREDI MORONI
AGRAVANTE : EMPORIO MUNDIAL DE ROUPAS INTIMAS LTDA
ADVOGADO : MIGUEL SEBBEN - RS044690
AGRAVADO : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADOS : NELSON BERGMANN PETER E OUTRO(S) - RS022771
CRISTIANE CASSINI PETER - RS067599
GONÇALO CASSINI PETER - RS079049

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO EMBARGOS À EXECUÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

1. Embargos à execução.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por ELIANE NEUSA MAGNAN E OUTROS, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 15/08/2019.

Concluso ao gabinete em: 25/11/2019.

Ação: embargos à execução, opostos pelos agravantes, em face de BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA, nos quais alegam que a dívida é ilíquida, incerta e inexigível, pois houve pagamento parcial do débito.

Sentença: julgou improcedentes os embargos.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelos agravantes, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS
BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO.

1. Preliminar contrarrecursal: insubsistente a prefacia/suscitada pela parte recorrida em contrarrazões, tendo em vista que as alegações de apelo se contrapõem aos fundamentos da sentença, preenchendo o requisito do artigo 1.010, II e III, do CPC/2015.

2. Excesso de execução: em não tendo os embargantes logrado demonstrar, minimamente, que os títulos discriminados na inicial dos embargos teriam sido dados em pagamento de parte da dívida objeto do feito executivo, descabe reconhecer a existência de excesso de execução. Ausência de indicação, ainda, do valor que os executados entenderiam como devido, em infringência ao artigo 739-A, §5º, do CPC/1973.

3. Comissão de permanência: desde que não cumulada com outros encargos moratórios, descabe falar em abusividade na cobrança de comissão de permanência.

4. Honorários advocatícios: redimensionamento, em conformidade com o artigo 85, §11, do CPC/2015.

Preliminar contrarrecursal afastada. Apelação desprovida. Unânime. (e-STJ, fls. 146)

Embargos de declaração: interpostos pela parte agravante, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 803, I, do CPC; 6º e 51 da Lei 8.078/90; e 115, 422 e 940 do CC. Argumenta que não houve dedução dos valores adimplidos do título executivo, sendo este, portanto, ilíquido. Afirma a violação do princípio da boa-fé contratual.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/15.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido, apesar da interposição de embargos de declaração, não decidiu acerca dos argumentos invocados pelo recorrente em seu recurso especial quanto aos arts. 803, I, do CPC; 6º e 51 da Lei 8.078/90; e 115 e 422 do CC, o que inviabiliza o seu julgamento. Aplica-se, nesta hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Da existência de fundamento não impugnado

Ademais, a parte agravante não impugnou os seguintes fundamentos utilizados pelo TJ/RS:

“É que os pagamentos porventura realizados pela parte embargante não resultariam na inexecutibilidade dos títulos, mas, isto sim, quando muito, a mera readequação do débito. Sobre o tema, aliás, o seguinte julgado: (...)

Outrossim, consoante dispunha o artigo 739-A, §5º, do CPC/1973, vigente à época do ajuizamento do feito, fazia-se necessário que o devedor, ao apontar excesso de execução, indicasse, na petição inicial, o valor incontroverso, acompanhado de memória de cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos, ou de não conhecimento dos tópicos que tiveram como fundamento a existência de excesso de execução, de modo que também por este fundamento descaberia proceder ao eventual redimensionamento do débito, ante seu suposto adimplemento parcial.” (e-STJ, fls. 150/151)

Como esses fundamentos não foram impugnados, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, nesta hipótese, a Súmula 283/STF.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo, para NÃO CONHECER do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 12% sobre o valor da causa para 14% (quatorze por cento).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora